



## Regulamentação da negociação coletiva avança e mobilização se volta ao Congresso Nacional

A luta histórica dos servidores públicos federais, estaduais e municipais, pela regulamentação da negociação coletiva entrou em uma nova fase. Agora, o foco das mobilizações está no Congresso Nacional, onde será debatido o Projeto de Lei 1893/2026, que trata da regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O projeto foi enviado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no último dia 16 e já tem relator designado: o deputado André Figueiredo (PDT-CE).

A assinatura da regulamentação da Convenção 151 da OIT é resultado de anos de mobilização e muita luta. O envio da proposta ao Congresso pelo presidente Lula representa um avanço importante, mas a efetivação desse direito depende agora da aprovação do projeto pelo Legislativo.

Sem a regulamentação, a negociação entre governo e servidores ainda ocorre sem garantias legais claras. Isso significa falta de segurança jurídica, fragilidade no diálogo e risco de retrocessos a cada mudança de governo.

Para o Coletivo das Três Esfe-

ras da CUT, a regulamentação é essencial para fortalecer a democracia no serviço público. Isso porque estabelece regras, direitos e deveres tanto para os trabalhadores quanto para a administração pública.

### **Servidor também é trabalhador**

O direito à negociação coletiva, já assegurado a trabalhadores do setor privado, não é, até hoje, assegurado aos trabalhadores do setor público. Assim como em outras categorias, é fundamental que servidores tenham assegurado um espaço formal de negociação, com transparência e previsibilidade.

Esse direito já foi reconhecido internacionalmente desde 1978, com a Convenção 151 da OIT, que estabelece a negociação coletiva no setor público e a proteção à organização sindical dos servidores.

No Brasil, em 2008 foi solicitada a ratificação e incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro. Em 2010 a ratificação foi aprovada pelo Congresso e em 2011 entra em vigor no plano jurídico externo.

Em 2023, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), abrindo caminho para a

construção de uma proposta concreta. Finalmente, no último dia 16, o presidente, cumprindo um compromisso de campanha, enviou ao Congresso o PL 1893/2026.

A regulamentação da negociação coletiva no setor público é vista como um passo decisivo para garantir valorização profissional e melhores condições de trabalho, além de contribuir para a qualidade dos serviços prestados à população.

### **Acompanhe a tramitação na Câmara e vote na enquete**

A tramitação do projeto pode ser acompanhada no site da Câmara dos Deputados, que também disponibilizou uma enquete pública sobre o tema.

Vote na opção “Concordo totalmente” como forma de fortalecer essa luta histórica dos servidores.

A expectativa é que o Congresso avance na aprovação da proposta e consolide esse direito essencial. Nossa luta continua sendo fundamental, agora com atenção voltada ao Parlamento, em busca do reconhecimento definitivo da negociação coletiva no serviço público brasileiro.

Fonte: CUT

## Atenção trabalhadores da EBSERH



Passada a fase de luta, organização da categoria, construção da pauta e assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2026/2027, das trabalhadoras e trabalhadores da EBSERH – HU Brasil, apareceram algumas pessoas sem qualquer compromisso com a categoria, e que em nenhum momento estiveram lutando pela causa junto aos colegas, agora estão sugerindo que

os trabalhadores se neguem a autorizar a contribuição sindical para o Sindsep/MA sobre o ACT 2026/2027, firmado com a Empresa conforme garante a Lei.

Se faz necessário explicar que, como nem todos os empregados da EBSERH são filiados ao Sindsep/MA e que o trabalho desempenhado pelo Sindicato e pela Confederação na representação

dos trabalhadores beneficia a todos, independentemente de serem filiados ou não, e que esse trabalho tem um alto custo financeiro, precisa ser financiado pela própria categoria. Dessa forma, quem faz campanha contra esse repasse (1% sobre o acordado em parcela única) ao sindicato, na verdade é contra a própria categoria, pois um sindicato que não tem como financiar suas lutas se transformará em uma entidade fraca que não conseguirá defender os direitos dos trabalhadores.

Mais uma vez enaltecemos a força e unidade da categoria em mais essa luta vencida e conclamamos a todos que se mantenham firmes na luta dos trabalhadores, em defesa de um sindicato forte, classista e garanta os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da EBSERH-HU Brasil.

Direção do Sindsep/MA

dia das  
**mães**

**PROGRAMAÇÃO / 08.05.26**

*Horário: 9h - Auditório do Sindsep*

**Abertura com o Presidente João Carlos**

**Exibição do Clipe da Música "Como é grande o meu amor por você" Roberto Carlos**

**Tema: "Mãe, Mulher e Trabalhadora: A força que move e cuida" Palestrante: Senadora Eliziane Gama**



**Palavra Franqueada**

**Exibição de Clipe Musical: "Mãe" Marcos Antônio**

**Entrega de Brindes às Mães**



www.sindsep.org.br Redes Sociais f i t s indsepmaranhao